

## **Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste**

### **Regulamento do procedimento concursal prévio à eleição do Diretor Quadriénio 2025/2029**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

1. O presente regulamento define as regras a observar no procedimento concursal prévio à eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste e na sua eleição subsequente.
2. O procedimento concursal rege-se pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na versão atual publicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, pelo presente regulamento aprovado pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste e, subsidiariamente, pelo Código do Procedimento Administrativo.

#### **Artigo 2.º**

##### **Requisitos de admissão ao procedimento concursal**

1. Podem ser opositores a este procedimento concursal os candidatos que preencham os requisitos constantes dos pontos 3, 4 e 5 do artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

#### **Artigo 3.º**

##### **Aviso de abertura**

1. O procedimento concursal é aberto por aviso publicitado do seguinte modo:
  - a) No átrio da sede do Agrupamento;
  - b) Na página eletrónica do Agrupamento;
  - c) Na página eletrónica do serviço competente do Ministério da Educação, Ciência e Inovação;
  - d) Por aviso publicado no Diário da República, 2.ª Série;
  - e) Por anúncio publicado em jornal de expansão nacional, contendo referência ao Diário da República em que o referido aviso se encontra publicado.
2. O aviso de abertura do procedimento contém, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
  - a) Designação do Agrupamento para que é aberto o procedimento concursal;

- b) Os requisitos de admissão ao procedimento concursal;
- c) A entidade a quem deve ser apresentado o pedido de admissão ao procedimento, com indicação do respetivo prazo de entrega, forma de apresentação, documentos a juntar e demais elementos necessários à formalização da candidatura;
- d) Os métodos utilizados para a avaliação da candidatura.

#### Artigo 4.º

##### Pedido de admissão ao procedimento

1. O pedido de admissão ao procedimento concursal é efetuado mediante requerimento, em modelo próprio aprovado em anexo a este regulamento e disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento - <http://www.lousadaoeste.org/> - e nos seus serviços administrativos, dirigido ao Presidente do Conselho Geral.
2. O requerimento referido no número anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:
  - a) Curriculum vitae do candidato, datado e assinado em todas as páginas, de que conste, designadamente, mas sem limitar, a formação académica, profissional e especializada, a experiência profissional docente e a experiência em administração e gestão escolar, acompanhada da prova documental dos elementos nele constantes, com exceção daquela que se encontre arquivada no respetivo processo individual existente neste Agrupamento;
  - b) Projeto de intervenção no Agrupamento, datado e assinado em todas as páginas, de que conste, designadamente, mas sem limitar, a identificação de problemas, a definição da missão, das metas e das grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato. Este documento não pode ultrapassar 20 páginas A4, escritas em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento inter linear 1,5 e margens de 3 cm.
  - c) Declaração de consentimento do tratamento de dados pessoais - disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento - <http://www.lousadaoeste.org/> - e nos seus serviços administrativos
3. O requerimento e os seus anexos podem ser entregues pessoalmente nos serviços administrativos do Agrupamento, até dez dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicitação do aviso em Diário da República, no horário das 09.30h às 16.30h, ou podem ser remetidos por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, ao cuidado do Presidente do Conselho Geral, para Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste, sito em Rua da Jussã, n.º 127, 4620-428 Nevogilde, Lousada.

#### Artigo 5.º

##### Admissibilidade das candidaturas

1. A apreciação das candidaturas é realizada pela comissão designada para o efeito.
2. Previamente à apreciação das candidaturas, a comissão referida no número anterior procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não tenham,

cumprindo o estipulado no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, sem prejuízo do artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo.

3. A lista dos candidatos admitidos e excluídos, resultante do exame dos requisitos de admissão ao concurso, é publicitada no átrio da sede do Agrupamento e na página eletrónica do Agrupamento - <http://www.lousadaoeste.org/> -, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir do dia seguinte à data limite de apresentação das candidaturas, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

4. Das decisões de exclusão cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Conselho Geral, no prazo de dois dias úteis contados a partir do dia útil seguinte à afixação das listas referidas no ponto anterior, e a decidir, por maioria qualificada de dois terços dos seus membros em efetividade de funções, no prazo de cinco dias úteis.

5. No caso de o Conselho Geral decidir pela admissão de candidatos previamente excluídos pela sua comissão, há lugar à publicitação de nova lista de candidatos admitidos e excluídos, pelos meios referidos no número 3 deste artigo.

## Artigo 6.º

### Apreciação das candidaturas

1. Concluída a fase de admissibilidade das candidaturas, a comissão ad hoc dispõe de 15 dias úteis para apreciar as candidaturas.

2. As candidaturas são avaliadas considerando obrigatoriamente:

a) A análise do curriculum vitae, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de Diretor e o seu mérito;

b) A análise do projeto de intervenção, visando apreciar a coerência entre os problemas diagnosticados e as estratégias de intervenção propostas e o conhecimento da realidade do Agrupamento;

c) O resultado da entrevista individual, com a duração máxima de 30 minutos, visando apreciar os conhecimentos e as capacidades do candidato de acordo com as exigências do cargo e a natureza das funções de Diretor.

3. A notificação para a realização da entrevista individual é efetuada através de correio eletrónico, até 48 horas de antecedência.

4. Após a apreciação dos elementos referidos no número 2, a comissão elabora um relatório de avaliação dos candidatos, que é presente ao Conselho Geral, fundamentando, relativamente a cada um, as razões que aconselham ou não aconselham a sua eleição.

5. O relatório a que se refere o número anterior não pode incluir menções qualitativas ou classificações quantitativas que indiquem, de algum modo, uma seriação dos candidatos, mas pode incluir juízos avaliativos das candidaturas e pode considerar que nenhuma delas reúne condições para ser eleita.

## Artigo 7.º

### Apreciação do Conselho Geral e eleição

1. O Conselho Geral realiza a discussão e apreciação do relatório da comissão ad hoc podendo, antes de proceder à eleição, por deliberação tomada por maioria dos presentes ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros em efetividade de funções, decidir efetuar a audição oral e presencial dos candidatos.
2. A notificação da realização da audição oral dos candidatos e as respetivas convocatórias são efetuadas com a antecedência de, pelo menos, oito dias úteis.
3. A falta de comparência do interessado à audição não constitui motivo para o seu adiamento, podendo o Conselho Geral, se não for apresentada justificação da falta, apreciar essa conduta para o efeito do interesse do candidato na eleição.
4. Da audição é lavrada ata contendo a súmula do ato.
5. Após a discussão e apreciação do relatório da comissão ad hoc e a eventual audição dos candidatos o Conselho Geral procede à eleição do Diretor, através de voto presencial e secreto e recorrendo a boletins de voto com os nomes dos candidatos ordenados alfabeticamente.
6. Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o Conselho Geral procede à eleição do Diretor, considerando-se eleito (de acordo com a Circular n.º B23069064X, de 09-03-2023, da Direção Geral da Administração Escolar) o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral presentes na reunião de eleição.
7. O candidato eleito Diretor será notificado através de correio registado com aviso de receção, no dia útil seguinte à tomada de decisão do Conselho Geral.
8. No caso de nenhum candidato sair vencedor nos termos do número 6, o Conselho Geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são admitidos o candidato único ou os dois candidatos mais votados na primeira eleição, sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos favoráveis, desde que em número não inferior a um terço dos membros do Conselho Geral em efetividade de funções.
9. Sempre que o candidato único, ou o candidato mais votado, não obtenha, na votação a que se refere o número anterior, o número mínimo de votos nele estabelecido, é o facto comunicado ao serviço competente do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

## Artigo 8.º

### Homologação dos resultados

1. O resultado da eleição do Diretor é comunicado ao Diretor Geral da Administração Escolar, para efeitos de homologação, no prazo de três dias úteis após a eleição.
2. O resultado da eleição é homologado pelo Diretor Geral da Administração Escolar nos dez dias úteis posteriores à sua comunicação pelo Presidente do Conselho Geral, considerando-se tacitamente homologado após esse prazo.

## Artigo 9.º

### Tomada de posse

1. O Diretor toma posse perante o Conselho Geral, nos trinta dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Diretor Geral da Administração Escolar.
2. O Diretor empossado designa o subdiretor e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.
3. O subdiretor e os adjuntos do diretor tomam posse nos trinta dias subsequentes à sua designação pelo Diretor.

## Artigo 10.º

### Impedimento

1. Os membros efetivos do Conselho Geral que se candidatem a Diretor ficam impedidos, nos termos da lei, de participar nas reuniões do Conselho e da comissão ad hoc convocadas para tratar de assuntos relativos ao procedimento concursal e para a eleição do Diretor.

## Artigo 11.º

### Disposições finais

1. O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo plenário do Conselho Geral.
2. Aos casos omissos neste Regulamento aplica-se o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e o Código do Procedimento Administrativo.

Aprovado pelo plenário do Conselho Geral em 18 de fevereiro de 2025

O Presidente do Conselho Geral,

José António Magalhães Oliveira Carvalho